

# Programa combate o desmatamento ilegal na Amazônia

Mauro Zanatta  
de Brasília

O governo anunciou ontem uma operação de guerra para combater o desmatamento ilegal na Amazônia. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, divulgou o Programa de Controle e Fiscalização da Amazônia Legal será oficialmente lançado no próximo sábado pelo presidente Fernando Henrique em Tefé (AM), na Reserva de Mamirauá, e nasce este ano em caráter emergencial. "Mas vai se tornar uma rotina a partir de 2000", diz Sarney Filho.

O governo destinará R\$ 10 milhões para as operações de combate ao desmatamento, principalmente na região do Arco de Desflorestamento, que inclui desde o Norte de Rondônia até o Sul da Bahia. A idéia é marcar a presença do gover-

no federal na área e inibir a ação das madeireiras.

Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Federal estarão juntos, sob a coordenação de 263 funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), para operar 186 postos fixos, oito módulos móveis e quatro barreiras itinerantes em busca de irregularidades na região. A meta é conseguir apoio das comunidades locais e operar com o auxílio de sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

Pela primeira vez, as secretarias e órgãos estaduais de meio ambiente estarão conveniados com o governo federal. Segundo o ministro Sarney Filho, serão usados helicópteros, navios, lanchas e toda a estrutura da Polícia Federal para combater a ação ilegal de madeireiras e para reverter todos os planos de manejo numa área de 2,3 milhões de km<sup>2</sup>.

Segundo o ministro, todas as irregularidades serão punidas com multas pesadas, mas as madeireiras e os produtores rurais da região terão prazo e oportunidade para legalizar suas atividades de extração. O governo estima que 80% da madeira extraída da Amazônia sejam ilegais. Por isso, o ministro também propôs o aumento das multas para crimes ambientais. "Mas isso depende de muitos fatores porque existem lobbies fortes e o texto é bastante complexo", diz.

Sarney Filho recebeu ontem representantes do Greenpeace Internacional que entregaram um estudo sobre a atividade das 17 maiores madeireiras e cobraram posicionamento. O ministro antecipou o programa ao alemão Thilo Bode, diretor-executivo da organização não-governamental. Bode entende que o plano é "muito bom", mas alerta que sua implementação precisa ser garantida por uma decisão de governo e não apenas por um ministério.